



Índice

- 01** Federação indígena repercute declaração de Lasier no RS
- 02** Índios fizeram funcionários da Vale reféns
- 03** O Pará ferve
- 04** Fãs de futebol, indígenas de MS enfeitam aldeia para Copa do Mundo
- 05** Região Quilombola mostra potencial produtivo
- 06** Comunidades ribeirinhas e quilombolas recebem incentivo à leitura no Amapá
- 07** Justiça Federal em Brasília divulga, 14 dias depois, decisão sobre os Tenharim que o próprio tempo já inviabilizara
- 08** MPF desmente que funcionários da Vale tenham sido mantidos como reféns pelos Xikrin
- 09** Vale diz que repassa recursos a indígenas no Pará
- 10** Tratativas entre Vale e indígenas recomeçarão nesta semana, diz Funai
- 11** Policiais chegam à área da Vale ocupada por índios
- 12** MPF nega que funcionários da Vale se tornaram reféns
- 13** Em Audiência Pública, autoridades discutiram situação de comunidades ciganas em Minas Gerais
- 14** A difícil e longa luta pelo direito à Saúde Indígena



- 15 A pedido do PGR, STF suspende novas reintegrações de posse em Terra Tupinambá
- 16 Índios ameaçam invadir fazenda com maior produtividade de cacau na BA
- 17 Índios voltam a protestar em empreendimento da Vale, no Pará
- 18 Demarcação Já!
- 19 A bola está rolando – demarcação já!
- 20 Negociações por terra indígena terminam sem acordo em Brasília
- 21 Governo propõe troca de fazendas para pôr fim a conflito indígena
- 22 MAPA libera R\$ 487,5 mil para patrulha mecanizada em Dourados
- 23 Comunidades tradicionais de Diamantina são defendidas pela DPU
- 24 Com faixa na cueca, índio burlou regra para dar recado a Dilma no Itaquerão
- 25 Supostos índios ameaçam os produtores
- 26 Divulgado relatório que aponta graves violações de direitos de indígenas no Mato Grosso do Sul
- 27 Aluna da Escola Indígena Jykre Täg de Chopinzinho é destaque em Concurso
- 28 TO – I Encontro de Pajés (Wayakás)
- 29 Lideranças indígenas participam de reuniões de consulta e planejamento participativo na região do Rio Madeira



Federação indígena repercute declaração de Lasier no RS
SÍTIO RÁDIO GUAÍBA, 14.6.2014

'Quantos índios deixaram de ser índios e são hoje profissionais respeitados?', questionou pré-candidato ao Senado no início da semana

Uma declaração do pré-candidato ao Senado pelo PDT, Lasier Martins, foi alvo de críticas neste sábado do presidente da Federação das Organizações Indígenas do Rio Grande do Sul, o cacique Zaqueu Kaingang. O jornalista, questionado sobre a situação indígena no Estado, em uma entrevista no início da semana, usou como resposta a pergunta: "quantos índios no Brasil e particularmente no Rio Grande do Sul deixaram de ser índios e são hoje profissionais respeitados e qualificados? Tem que combater a miséria em que vivem os índios".

Conforme o indígena Kaingang, não se deixa de ser índio quando se torna estudante ou profissional. Ele lembrou que é doutorando em educação e, mesmo assim, não deixou as raízes e a cultura para trás. Zaqueu acrescentou que os índios são defensores da própria história, língua e tradições e por isso querem a manutenção dos espaços tradicionais. "Ao deixar o jornalismo para concorrer, Lasier deixou de ser jornalista?", questionou.

Fonte:Jerônimo Pires/Rádio Guaíba



Índios fizeram funcionários da Vale reféns

SÍTIO DIÁRIO ON LINE, 14.6.2014

Funcionários da Vale foram feitos reféns durante três dias por índios da etnia Xikrin do Cateté, em uma unidade de extração de Ourilândia do Norte, a cerca de 900 km de Belém. Os empregados só foram liberados às 21h deste sábado (14), segundo a assessoria da empresa. Os índios se apossaram da portaria da unidade Onça Puma desde quinta-feira (12). Não há consenso sobre o número de reféns.

Segundo a assessoria de imprensa da Vale, neste sábado ainda havia 50 funcionários (incluindo terceirizados) impedidos de sair. Na quinta-feira chegou a ser 200 os retidos. Já conforme a Polícia Civil local, eram só oito funcionários impedidos de sair.

De acordo com a empresa, os índios ameaçaram atear fogo na unidade --o que a Polícia Civil informou não ter conhecimento.

Cerca de 400 índios da etnia ficaram instalados na portaria da unidade. Na tarde deste sábado, a Justiça determinou a reintegração de posse.

Policiais militares se deslocaram à unidade para acompanhar o oficial de Justiça na entrega da decisão e já deixaram o local. Segundo a Polícia Civil, não há informações de carros ou portões depredados.

Os índios concordaram em deixar o local para que as tratativas com a empresa fossem retomadas na segunda-feira (16).

Em nota, a Vale informa que "reitera seu respeito aos povos indígenas", mas que repudia qualquer forma de violência que ameace seus empregados.

Ainda segundo a empresa, os manifestantes cobram "mudanças na proposta de acordo em andamento" entre a empresa, o Ministério Público Federal e a Funai, para repasse em custeio e projetos às comunidades indígenas.

Os índios, diz a Vale, querem que o repasse proposto "seja feito integralmente em custeio", com verba extra para os projetos.

A Vale afirma que o recurso deve ser focado em projetos. Ainda em nota, diz que tem dado encaminhamento às questões acordadas com as demais comunidades.

Até o momento, a reportagem não havia conseguido falar com representantes dos Xikrin do Cateté.

(Folhapress)

O Pará ferve

SÍTIO RADAR ON LINE, 14.6.2014



Os Xikrin ameaçam incendiar tudo

Um conflito entre índios e a Vale ferve a cidade de Ourilândia, no Pará, onde a maior mineradora do mundo tem uma unidade de extração de níquel desde 2005.

Desde a manhã de quinta-feira, cerca de 350 índios Xikrin do Cateté mantêm, em cárcere privado cinquenta empregados da Vale dentro da própria unidade.

Os índios ameaçam pôr fogo no local agora às 15 horas. O forno da unidade está sendo mantido ligado em potência mínima diante do risco de incêndio.

E o que os índios reivindicam? Dinheiro. A Vale contribui com 9 milhões de reais para as três aldeias dos Xikrin na região, mas eles exigem quatro vezes mais.

Também desde quinta-feira, o governo estadual e a Funai foram avisados do que estava acontecendo em Ourilândia. Talvez mais preocupados com a Copa, ninguém se mexeu.

(Atualização, às 22h23: A Vale informa que terminou por volta das 21h a ocupação que os Xikrin do Cateté faziam desde quinta-feira. As negociações entre a Vale e os indígenas recomeçará na segunda-feira.)

Por Lauro Jardim

Fãs de futebol, indígenas de MS enfeitam aldeia para Copa do Mundo
SÍTIO REGIÃO NEWS, 14.06.2014

Clima do mundial tomou conta da comunidade Tereré, em Sidrolândia. Segundo cacique, esporte é uma paixão entre os habitantes do local.



Fãs de futebol, indígenas de MS enfeitam aldeia para Copa do Mundo

Foto: Gabriela Pavão/ G1 MS

Em clima de Copa do Mundo no Brasil, as cores verde e amarela tomaram conta da aldeia terena Buritizinho, conhecida também como Tereré, em Sidrolândia, a 70 quilômetros de Campo Grande. No local, criado em 1981, segundo o cacique Maioque Figueiredo, de 37 anos, vivem cerca de 1,5 mil pessoas em aproximadamente 300 casas.

O campo de futebol, logo na entrada, é um indício de que ali o esporte é bem mais que um hobby. "É uma paixão", afirmou Figueiredo ao G1. De acordo com ele, a prática esportiva é incentivada na aldeia pelos benefícios que promove aos participantes.

"Fui esportista também, por isso sei o valor do esporte. Primeiro, a importância na saúde do cidadão. O futebol, como esporte coletivo, ajuda a socializar as crianças, ensina que em tudo temos ganhos e perdas. Segundo, na complementação da educação, porque aqui na aldeia só joga bola quem tem notas boas na escola", ressaltou.

Decoração

Por conta do mundial de futebol, uma das casas da aldeia, foi pintada nas cores verde, amarela e azul especialmente para o primeiro jogo do Brasil no mundial.

CONT.



O imóvel, de alvenaria, fica ao lado de um galpão coberto por palha, no estilo das antigas ocas, antes usadas pelos terena. As cores nacionais também estiveram presentes nas camisetas, roupas e bandeiras, além de balões e tecidos.

As mulheres da aldeia se enfeitaram com brincos e maquiagem, além das tradicionais pinturas faciais. Alguns membros da Tereré também usavam cocares feitos com penas de aves e braceletes típicos da cultura indígena.

Na primeira partida do mundial, os indígenas da etnia terena se reuniram na casa do cacique para assistir ao jogo de estreia. O cardápio para o espetáculo foi pipoca e refrigerante. Com os olhos vidrados na tela da televisão.

Expectativa

Para os próximos jogos, os indígenas planejam assisti-los também na aldeia, com a mesma empolgação e alegria. Cícero Henrique Figueiredo Rodrigues, 37 anos, morador da Tereré, lembra que a empolgação começou em 2007.

"A emoção veio desde o dia que o Brasil foi nomeado para sediar a Copa do Mundo, desde então entramos no clima. Acredito que essa copa vai fortalecer nossa interação com a comunidade não indígena", explicou.

Ele diz que também jogava bola e que por isso hoje incentiva a prática do esporte entre as crianças da aldeia. "Incentivo essa gurizada a se espelhar em vários atletas a nível nacional. Espelhar principalmente pela educação, pelo esporte e pela saúde", afirmou.

Jogador indígena

Dentre os indígenas da aldeia, Gabriel Alves, 25 anos, se destaca quando o assunto é futebol, não só pelo sonho de jogar na seleção brasileira, mas também porque sustenta a família com o dinheiro que ganha como jogador profissional.

Para ele, o futebol tem um significado mais especial. "Foi um dos motivos para eu sair de casa, para dar um conforto melhor pra minha família e para minha aldeia", explicou.

Ele contou ao G1 que saiu de casa aos 12 anos de idade para jogar profissionalmente. "Joguei no Paraná, depois fiquei um ano em Portugal. Não sei se vou chegar à uma seleção brasileira. Meu sonho era jogar uma Copa do Mundo, infelizmente não consegui, mas continuo na luta para jogar uma série A do [campeonato] Brasileiro", confessou.

Região Quilombola mostra potencial produtivo

SÍTIO DO NORTE NEWS, 14.6.2014



A Comunidade Quintinos Quilombolas vem sendo assistida pelo atual gestão do prefeito de Pedro Gomes, Francisco Vanderley Mota (PT). Depois de terem recebidos a rede de água em todas as residências, agora, por meio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, no comando de Douglas de Oliveira, terá investimento nas plantações e cultivo variados como milho, abóboras, entre outros.

A comunidade Quilombola teve suas reivindicações atendidas, na atual gestão, haja vista que sempre foi uma região muito esquecida em gestões anteriores. Agora o desafio é levar esses produtos para o conhecimento do público consumidor da cidade. A Prefeitura dará toda a assistência para que o produto da região Quilombolas chegue até a população.

A Secretaria de Desenvolvimento Econômico vem tendo ação exponencial no que tange incentivar pequenos e grandes produtores, alavancado a produção na cidade. A ação do secretário Douglas de Oliveira é garantia do apoio da gestão de Vanderley Mota, no auxílio ao pequeno, médio e grande produtor.

Comunidades ribeirinhas e quilombolas recebem incentivo à leitura no Amapá
SÍTIO PORTAL AMAZÔNIA, 14.6.2014

'Copa da Leitura e da Alegria' visita 11 comunidades do interior do Amapá e Pará onde vai distribuir livros



Projeto cultural 'Copa da Leitura e da Alegria' levará três mil livros a onze comunidades do interior do Amapá e do Pará. Foto: Reprodução/ Facebook

MACAPÁ – Para os 'homens da cidade' a televisão, o rádio e a Internet podem até serem companhias indispensáveis para o lazer e a informação, principalmente em tempos de Copa do Mundo de Futebol. Mas para quem vive praticamente isolado dos grandes centros urbanos – como em comunidades ribeirinhas e quilombolas – as opções são diferentes.

Muitas formas de diversão são oferecidas pela natureza, a exemplo do banho de rio e pescaria. Para convidar a conhecer outros lugares sem sair do lugar e dar uma alternativa de distração, além de acompanhar as partidas da Copa, o projeto cultural 'Copa da Leitura e da Alegria' levará 3 mil livros a 11 comunidades do interior do Amapá e do Pará.

A viagem do conhecimento acontecerá no período de 12 de junho a 13 de julho deste ano. O itinerário do saber partirá de Macapá e passará por Itauba do Pírim e os municípios paraenses Ourém, Capitão Poço, Abaetetuba, entre outros. As obras contam com segmentos variados que vão desde gibis, revistas, histórias infantis à literatura juvenil. Os títulos foram reunidos em doações na capital amapaense, Belém, e em Brasília. "Nossa ideia é levar conhecimento e entretenimento de qualidade através da leitura. Sabemos que os lugares que

CONT.



visitamos são carentes de bibliotecas e o projeto oferece essa oportunidade para as comunidades isoladas, especialmente na Copa do Mundo”, explicou o coordenador do projeto, Jonas Banhos.

Para Banhos o público do interior é diferente daquele da cidade, principalmente o ribeirinho. “Cada viagem é uma emoção. As crianças ribeirinhas têm um brilho especial nos olhos e uma receptividade enorme. Nos enche de orgulho contribuir com a descoberta deles a outros novos universos por meio da leitura. A magia que o livro realiza na vida delas, vai além do intelecto. Muitas mães nos agradecem pela mudança positiva no comportamento dos filhos graças ao projeto”, disse orgulhoso. Para estimular o interesse à leitura, o ‘Copa da Leitura e da Alegria’ atende até mesmo quem não é alfabetizado, com contação de histórias, música, teatro e brincadeiras.

Brincando é que se aprende. O ‘Palhaço Ribeirinho’, personagem criado por Banhos, é o responsável por envolver a criançada no mundo literário através do riso. O palhaço conta as histórias e interpreta as letras que ainda são indecifráveis para alguns. Esta foi a forma que o organizador encontrou em contribuir com a magia da leitura democrática, onde todos têm direito ao prazer da imaginação e intimidade com livros.

Como surgiu o projeto

O projeto ‘Copa da Leitura e da Alegria’ faz parte da iniciativa ‘Barca das Letras’, a qual oferece uma biblioteca itinerante infantil. Criada em 2008, a ‘Barca’ é um trabalho voluntário que funciona no bairro do Laguinho, na capital. Para ter acesso aos livros nem é preciso passar porta adentro do estabelecimento. Basta passar em frente à biblioteca, onde algumas obras ficam expostas na calçada com um atrativo diferente: um pequeno barco em madeira (o qual faz alusão ao nome do projeto) e um varal que são colocados livros ao invés de roupas. Os recursos lúdicos servem para provocar a curiosidade de um potencial leitor.

Doação de livros

O projeto existe graças às doações. As obras são arrecadadas em campanhas permanentes na sede da biblioteca, na capital, e em postos de Belém e Brasília. Quem desejar contribuir basta ligar para o número de telefone (96) 8138-9164. O material será recebido pela ONG Nossa Casa de Cultura e Cidadania.



Justiça Federal em Brasília divulga, 14 dias depois, decisão sobre os Tenharim que o próprio tempo já inviabilizara

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 14.06.2014

A C Ó R D ã O

Decide a Turma denegar a ordem de *habeas corpus*, à unanimidade.
4ª Turma do TRF da 1ª Região - Brasília, 27 de maio de 2014.

Desembargador Federal OLINDO MENEZES, Relator
HABEAS CORPUS N. 0013849-83.2014.4.01.0000/AM

RELATOR	: EXMO. SR. DESEMBARGADOR FEDERAL HILTON QUEIROZ
IMPETRANTE	: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO - DPU
IMPETRADO	: JUÍZO FEDERAL DA 2ª VARA - AM
PACIENTE	: SIMEÃO TENHARIM (RÉU PRESO)
PACIENTE	: GILSON TENHARIM (RÉU PRESO)
PACIENTE	: GILVAN TENHARIM (RÉU PRESO)
PACIENTE	: VALDINAR TENHARIM (RÉU PRESO)
PACIENTE	: DOMICENO TENHARIM (RÉU PRESO)

EMENTA

PENAL. PROCESSUAL PENAL. *HABEAS CORPUS*. CP, ART. 121. TERRAS INDÍGENAS TENHARIM. PEDIDO DE REVOGAÇÃO DA PRISÃO TEMPORÁRIA. POSTERIOR DECRETAÇÃO DE PRISÃO PREVENTIVA. PERDA DO OBJETO. NÃO CONHECIMENTO. PEDIDO DE APLICAÇÃO DO ART. 56, PARÁGRAFO ÚNICO, DO ESTATUTO DO ÍNDIO E DE DESENTRANHAMENTO DE DEPOIMENTOS. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CARACTERIZADO. ORDEM DENEGADA.

1. A superveniente decretação da prisão preventiva dos pacientes caracteriza a perda do objeto do pedido de revogação da prisão temporária. Pedido não conhecido.
2. Indeferimento dos pedidos de aplicação do art. 56, parágrafo único, do Estatuto do Índio e de desentranhamento de depoimentos que se impõe, à míngua de demonstração de constrangimento ilegal.
3. A petição de fls. 130/133, da impetrante, em prol dos pacientes, não traz elementos que comprometam a higidez da preventiva em que foi convertida, no caso, a prisão temporária, tendo sido satisfeitas as exigências legais.
4. Constrangimento ilegal inócurre.
5. Ordem denegada.

Tania Pacheco – Combate Racismo Ambiental

Quatorze dias após a decisão ter sido tomada, eis que finalmente quarta-feira, 11 de junho de 2014, a versão eletrônica do Diário Oficial da Justiça divulgou a posição da 4ª Turma do TRF da 1ª Região, Brasília, fundamentalmente negando o pedido de revogação da prisão temporária dos cinco Tenharim detidos em Porto Velho. O motivo que fundamentou a decisão do Relator, desembargador federal Olindo Menezes, e seus pares não deixa de ter um lado cômico. Diz ele, em resposta à Defensoria Pública da União: “A superveniente decretação da prisão preventiva dos pacientes caracteriza a perda do objeto do pedido de revogação da prisão temporária”. Obviamente, também a reivindicação de devolvê-los à Terra Indígena Tenharim Marmelos ficou ipso facto prejudicada.

Não recorro mais quando o Habeas Corpus foi encaminhado a Brasília e sinceramente não vejo sentido em buscar essa informação. A decisão diz tudo, ao declarar que a posterior decretação

CONT.



da prisão preventiva tornava sem sentido o exame da revogação da prisão temporária. Aliás, os já citados 14 dias entre ela (a decisão) e sua divulgação já explicita como a nossa justiça caminha célere, mesmo na capital da República e, ainda, em tempos de internet... Afinal, o que são 14 dias, 14 meses ou 14 anos para quem está preso, aguardando uma definição fundamental para a sua vida, seja ela positiva ou negativa? Para os senhores juízes, aparentemente, não há muita diferença. Será que haveria caso suas togas, para ficar num exemplo respeitoso, ficassem 14 dias, meses ou anos sem serem devidamente lavadas?

Claro que há sempre exceções que podem fazer com que filas sejam furadas, até mesmo no STF, e processos em andamento sejam sumariamente atropelados, até, mas isso somente quando a questão for ligada a interesses de ordem política ou econômica. Mas para 'bugres', mesmo quando mantidos presos à revelia do Estatuto do Índio e após investigações claramente dirigidas, apressar seria sinônimo de açodamento.

Nesses tempos, nos resta o consolo de saber que, em Porto Velho, onde a Justiça aparentemente caminha mais rápido, na primeira semana de junho o Desembargador Valter de Oliveira decidiu pela permanência de Simeão, Gilson, Gilvan, Valdinar e Domiceno Tenharim na cidade, contrariando determinação que pretendia 'exilá-los' de seus parentes, em Manaus. Que isso, pelo menos, seja mantido!



MPF desmente que funcionários da Vale tenham sido mantidos como reféns pelos Xikrin

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 15.6.2014

Nota: Ontem o Estadão publicou, a partir de release da dita empresa, que "50 funcionários da Vale são mantidos reféns por indígenas no Pará". Procurei na internet, e não havia mais nada a respeito do assunto. Esta manhã fui ver se mais alguém noticiara. "El País" e Globo (via blog do Noblat) haviam repetido a mesmíssima coisa. Já o Estadão havia recebido novo release da Vale e mudado a notícia para "Indígenas libertam 50 empregados da Vale feitos reféns no Pará". Gozado é que dizia que a 'libertação' havia sido feita às 21 horas, mas a notícia continuava com o horário da anterior: 17:47. Já a notícia abaixo foi publicada às 11:37h de hoje, domingo, 15 de junho pelo mesmo Estadão. Simplesmente, é o desmentido do Ministério Público Federal, enviado ao jornal, como pode ser lido abaixo. (Tania Pacheco)

Paraná Online

O Ministério Público Federal negou que os funcionários da Vale tenham sido mantido reféns durante a manifestação de índios Xikrin, iniciada na quinta-feira e encerrada na noite deste sábado. Durante esse período, a portaria da unidade de extração de níquel da empresa em Ourilândia do Norte (PA) foi bloqueada por um grupo de indígenas.

O MPF informou que os índios das aldeias Djudjekô, Kateté e Oodjam permitiram a passagem de ônibus com trabalhadores que fazem a manutenção dos fornos e não impediram a saída de funcionários. Apenas a produção de níquel teria sido paralisada.

"O Projeto Onça Puma, de extração de níquel, afeta diretamente os Xikrin, mas até agora a Vale não iniciou nenhum programa de compensação de impactos, nem cumpriu nenhuma das condicionantes previstas no licenciamento do projeto. O MPF já acionou a Justiça Federal contra a Vale em defesa dos direitos dos Xikrin afetados pelo projeto Onça Puma", informa a nota divulgada pelo MPF.

Neste sábado, a mineradora informou que 50 trabalhadores foram mantidos retidos na unidade desde quinta-feira e que os indígenas ameaçaram atear fogo a um dos fornos. Segundo a Vale, o protesto foi motivado por divergências a respeito do repasse de recursos para aldeias. A companhia informou que as três aldeias recebem R\$ 9 milhões por ano [sic].

Vale diz que repassa recursos a indígenas no Pará
SÍTIO O GLOBO, 15.06.2014

Procuradoria pede suspensão de atividades por descumprimento de condicionantes em Onça Puma



Ministério Público Federal no Pará pede suspensão de atividades em Onça Puma
Michel Filho / Arquivo O GLOBO

RIO - Um dia após o fim do protesto de indígenas na unidade de níquel de Onça Puma, em Ourilândia do Norte, Pará, a Vale informou que cumpre integralmente os repasses legais para as tribos Xikrin. Segundo a mineradora, foram feitas transferências em 9 de junho nos valores de R\$ 398.740,10 para o povo Catete, R\$ 302.131,69 para a Associação Indígena Kakarekre e R\$ 47 mil para a Associação Indígena Baypra.

A mineradora alega que os índios tentam pressionar pelo aumento do repasse. A ação dos indígenas que durou entre quinta-feira e ontem à noite teria, segundo a Vale, resultado no cárcere privado de 50 funcionários e ameaças de depredação. De acordo com a Vale, os indígenas recebem R\$ 9 milhões em compensações e projetos e reivindicam elevação para R\$ 36 milhões.

Procurado, o Ministério Público Federal, no Pará, mantém sua posição e diz que os pagamentos feitos pela Vale se referem a outras compensações devidas pela mineradora, sem relação com Onça Puma. Ação civil pública assinada pelo procurador da República André Casagrande Raupp, em 2011, afirma que houve descumprimento de condicionantes previstas no licenciamento e pede a suspensão das atividades de mineração no empreendimento até que sejam analisados os impactos, além de compensações financeiras.



Tratativas entre Vale e indígenas recomeçarão nesta semana, diz Funai

SÍTIO CORREIO DO POVO, 15.06.2014

Mineradora foi ocupada em Onça Puma, Ourilândia do Norte (PA)

Em nota à imprensa, a Fundação Nacional do Índio (Funai) confirmou que as tratativas entre a Vale e os indígenas recomeçarão nesta semana. Os indígenas pressionam por mudanças na proposta de acordo financeiro que está sendo negociada entre a mineradora, a Funai e o Ministério Público Federal (MPF). Eles querem que os recursos negociados sejam repassados para custeio das aldeias, e que haja verba adicional para projetos. O acordo prevê que os valores repassados sejam divididos entre custeio e projetos. Atualmente, as três aldeias recebem R\$ 9 milhões por ano.

A ocupação feita por aproximadamente 400 indígenas do povo Xikrin do Cateté a uma unidade da mineradora Vale em Onça Puma, Ourilândia do Norte (PA), terminou sem qualquer situação de violência, de acordo Funai. Cinquenta empregados da Vale estavam retidos na unidade de extração de níquel da empresa desde a manhã da última quinta-feira, 12, e foram liberados apenas neste sábado à noite, por volta das 21h.

Após bloquearem a portaria da unidade e ameaçarem atear fogo no local, a Vale acionou a Funai, o MPF e a Polícia Militar para resolver a situação dos empregados mantidos na unidade.



Policiais chegam à área da Vale ocupada por índios

SÍTIO DIÁRIO ON LINE, 15.06.2014

A Polícia Civil de Belém deslocou neste domingo (15) uma equipe de delegados da capital paraense até uma unidade da Vale na cidade de Ourilândia do Norte, no sudeste do Estado, que foi ocupada por índios Xikrin do Cateté. Os manifestantes chegaram a fazer reféns funcionários da empresa.

Cerca de 400 índios da etnia ocupavam a portaria da unidade Onça Puma, de extração de níquel desde quinta-feira (12). Segundo a Vale, 200 empregados e terceirizados chegaram a ser mantidos como reféns neste período.

Na noite de sábado (14), os últimos foram liberados, e o grupo indígena se instalou em um acampamento próximo, a cerca de 10 km. Eles aceitaram deixar a área para retomar as negociações com a empresa nesta segunda-feira (16).

Segundo a Polícia Civil, os delegados estiveram neste domingo no local, onde fizeram sobrevoo e conversaram com os índios.

A Vale emitiu nota neste sábado, em que afirma que mantém seu respeito aos povos indígenas, mas que repudia qualquer forma de violência que ameace a integridade física de seus funcionários.

Segundo a nota da empresa, os índios cobram mudança em um acordo, ainda em andamento, que prevê repasse em custeio e projeto às comunidades indígenas. Mas os Xikrin, diz a Vale, querem que o repasse seja integral para custeio, e que haja verba adicional para os projetos.

A reportagem não conseguiu ouvir representantes dos Xikrin do Cateté.

(Folhapress)



MPF nega que funcionários da Vale se tornaram reféns

SÍTIO PORTAL DO HOLANDA, 15.6.2014

O Ministério Público Federal negou que os funcionários da Vale tenham sido mantido reféns durante a manifestação de índios Xikrin, iniciada na quinta-feira e encerrada na noite deste sábado. Durante esse período, a portaria da unidade de extração de níquel da empresa em Ourilândia do Norte (PA) foi bloqueada por um grupo de indígenas.

O MPF informou que os índios das aldeias Djudjekô, Kateté e Oodjam permitiram a passagem de ônibus com trabalhadores que fazem a manutenção dos fornos e não impediram a saída de funcionários. Apenas a produção de níquel teria sido paralisada.

"O Projeto Onça Puma, de extração de níquel, afeta diretamente os Xikrin, mas até agora a Vale não iniciou nenhum programa de compensação de impactos, nem cumpriu nenhuma das condicionantes previstas no licenciamento do projeto. O MPF já acionou a Justiça Federal contra a Vale em defesa dos direitos dos Xikrin afetados pelo projeto Onça Puma", informa a nota divulgada pelo MPF.

Neste sábado, a mineradora informou que 50 trabalhadores foram mantidos retidos na unidade desde quinta-feira e que os indígenas ameaçaram atear fogo a um dos fornos. Segundo a Vale, o protesto foi motivado por divergências a respeito do repasse de recursos para aldeias. A companhia informou que as três aldeias recebem R\$ 9 milhões por ano.

Estado do Contestado / Portal do Holanda



Em Audiência Pública, autoridades discutiram situação de comunidades ciganas em Minas Gerais

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 16.6.2017

No evento realizado em 26 de maio, SPU confirmou a posse do terreno pela comunidade cigana no bairro São Gabriel e se comprometeu a estudar aumento da área para 35.000m²

Belo Horizonte. Foi publicada nesta sexta-feira, 13, ata da audiência pública realizada pelo Ministério Público Federal (MPF) no último dia 26 de maio, em que autoridades e representantes de órgãos públicos municipais, estaduais e federais discutiram a situação de invisibilidade dos povos ciganos que vivem em Minas Gerais, bem como a implementação de políticas públicas para reverter esse quadro.

O evento, realizado no acampamento Calon, no bairro São Gabriel, em Belo Horizonte, foi aberto pelo procurador regional dos Direitos do Cidadão, Edmundo Antônio Dias, com a afirmação de que os povos ciganos vêm sendo alvo de preconceitos históricos, que acabam resultando na sua exclusão de diversas políticas públicas.

Dias ressaltou a necessidade de inclusão escolar de membros da comunidade cigana, destacando a importância de preservação das línguas faladas pelas diversas etnias, bem como da disponibilização de ensino bilíngue. O ensino na língua materna é uma garantia prevista na Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho, o que inclusive motivou Recomendação expedida em 2013 pelo MPF/MG às Secretarias de Educação do Estado de Minas Gerais e do município de Belo Horizonte, relatou.

A representante da Secretaria Municipal de Educação, Mara Evaristo, informou que as demandas da comunidade cigana são muitas, e que as crianças do acampamento estão sendo bem acompanhadas. De acordo com Mara Evaristo, já foi dado início à alfabetização de jovens e adultos, mas ressaltou a necessidade de se conhecer melhor a cultura cigana, para poder ensinar todas as crianças, promovendo-se o respeito às crianças ciganas nas escolas.

Em seguida, o presidente da Associação Guiemos Kalons (AGK), Carlos Amaral, disse que o apoio à causa cigana vem crescendo e que cada dia mais portas se abrem para a comunidade, mas afirmou que a comunidade ainda sofre com o preconceito. Relatou também a falta de diálogo com a Administração municipal. "O governo tem uma dívida com os ciganos, e para pagar essa dívida só com ação", afirmou o presidente da AGK.

O preconceito também foi citado pela presidente da Associação Internacional Maylê Sara Kali (ASMK), Elisa Costa, como fator de destruição de culturas. Ela defendeu que as comunidades ciganas têm de se fazer ouvir, para impedir seu extermínio cultural. "O povo cigano, queiram

CONT.



ou não, fez e faz parte da história brasileira. O povo cigano não busca favoritismo ou privilégios, mas apenas o reconhecimento de seus direitos”, afirmou.

Patrimônio cultural

A invisibilidade dos ciganos também foi citada pela defensora pública da União, Giêdra Pinto Moreira, que ressaltou a importância da liderança exercida pelo presidente da Associação Kalon, Carlos Amaral, para a superação desse problema.

De acordo com a juíza Federal Dayse Starling, da 7ª Vara Federal de Belo Horizonte, é preciso garantir os direitos básicos e o direito à moradia dos povos ciganos, assim como de todas as comunidades do entorno. Ela também ressaltou a importância da cultura cigana e o direito do povo brasileiro à multiplicidade cultural e à preservação das culturas tradicionais.

A Coordenadora Municipal de Promoção da Igualdade Racial de Belo Horizonte, Rosângela da Silva, reforçou a necessidade de se combater o racismo contra a população cigana. Ela disse que, em parceria com a AGK, protocolou um pedido na Secretaria Municipal de Patrimônio Cultural para reconhecimento da comunidade cigana como patrimônio cultural de Belo Horizonte. Informou também que o órgão irá realizar eventos nas comunidades ciganas de BH para prestar informações sobre programas sociais relativos a temas como saúde, casamento coletivo, registro civil e esportes, de modo a possibilitar a inclusão dos ciganos em tais programas.

Também compareceram à audiência pública outros representantes de secretarias estaduais e municipais, bem como da Polícia Civil.

Reconhecimento territorial

A Secretaria de Patrimônio da União (SPU/MG), que está promovendo a regularização patrimonial do terreno em que vive a comunidade Calon, foi representada por Osmar Lins. Ele explicou que, embora o processo ainda não esteja concluído do ponto de vista formal, a área já pertence à comunidade. “A SPU está empenhada em resolver a questão. O problema é que a concessão de direito real de uso coletivo não pode ser assinada neste momento, porque há um parecer da consultoria jurídica proibindo a formalização de tal ato em ano eleitoral”, disse.

Estudo realizado pelo Núcleo de Estudos de Populações Tradicionais da UFMG (Nuq/UFMG) apontou a necessidade de uma área de 35 mil metros quadrados como necessária à preservação do modo de vida dos ciganos Calon, como vem sendo defendido pelo MPF. Posteriormente, laudo técnico elaborado pelo grupo de estudos Morar de Outras Maneiras, da Escola de Arquitetura da Universidade Federal, ratificou a necessidade de ampliação da área já certificada pela SPU, de 21.745m², ao sustentar que parte significativa dela não é edificável.

Enviada para Combate Racismo Ambiental por José Carlos.



A difícil e longa luta pelo direito à Saúde Indígena

SÍTIO CEDEFES, 16.6.2014

A expressão orçamentária da política de saúde indígena é composta por três ações: i) a ação (20YP) "Promoção, Proteção, Vigilância, Segurança Alimentar e Nutricional e Recuperação da Saúde Indígena" (Programa 2065), com R\$ 1 bilhão; ii) a ação (7684) "Saneamento Básico em Aldeias Indígenas para Prevenção e Controle de Agravos" (Programa 2065), com R\$ 27 milhões; iii) parte da ação (7656) "Implantação, Ampliação ou Melhoria de Ações e Serviços Sustentáveis de Saneamento Básico em Comunidades Rurais, Tradicionais e Especiais para Prevenção e Controle de Doenças e Agravos" (Programa 2068). Neste caso, não podemos identificar o recurso porque os POs não estão detalhados.

Orçamento Indígena 2013 e Perspectivas para 2014

Nota Técnica do INESC nº 181 – Junho de 2014

Alessandra Cardoso e Ricardo Verдум

A expressão orçamentária da política de saúde indígena é composta por três ações: i) a ação (20YP) "Promoção, Proteção, Vigilância, Segurança Alimentar e Nutricional e Recuperação da Saúde Indígena" (Programa 2065), com R\$ 1 bilhão; ii) a ação (7684) "Saneamento Básico em Aldeias Indígenas para Prevenção e Controle de Agravos" (Programa 2065), com R\$ 27 milhões; iii) parte da ação (7656) "Implantação, Ampliação ou Melhoria de Ações e Serviços Sustentáveis de Saneamento Básico em Comunidades Rurais, Tradicionais e Especiais para Prevenção e Controle de Doenças e Agravos" (Programa 2068). Neste caso, não podemos identificar o recurso porque os POs não estão detalhados.

Estas três ações tiveram em 2013 uma dotação de pouco mais de R\$ 1,13 bilhão, dos quais foram pagos R\$ 800 milhões (80%). Mas a situação precária da saúde indígena mostra que estes valores têm sido insuficientes para garantir atendimento de qualidade, além da existência de problemas da capacidade de gasto e de eficiência na gestão desta política.

Uma cartilha publicada no final de 2013 pelo Cimi8 faz uma recuperação histórica da política de saúde e do seu estado atual e mostra que, aliados ao problema da escassez de recursos e da capacidade de execução, existem outros problemas ligados à incapacidade ou ao descompromisso do governo federal de implementar uma política de atenção diferenciada à saúde dos povos indígenas, tal como concebida a partir de décadas de luta dos movimentos indígenas e das organizações parceiras.

Desde a I Conferência Nacional de Proteção à Saúde Indígena, realizada em 1986, foram aprovadas as diretrizes para uma atenção diferenciada à saúde indígena. Na II Conferência

CONT.



Nacional de Saúde dos Povos Indígenas, realizada em 1993, foi aprovado o modelo assistencial baseado nos Distritos Sanitários, modelo este que já havia sido também aprovado um ano antes, em 1992, na IX Conferência Nacional de Saúde.

Mas foi somente em 1999 que, pressionado pela realidade gritante de violação do direito à saúde dos povos indígenas e pela mobilização dos movimentos indígenas e das organizações aliadas, o governo federal editou o Decreto nº 3.156/1999 e promoveu, no Congresso Nacional, a aprovação da "Lei Arouca" (Lei nº 9.836, de 23 de setembro de 1999). Esta Lei determinou que a política de saúde indígena passasse a ser responsabilidade exclusiva do Ministério da Saúde e que fosse instituído o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena (Sasi-SUS), tendo por base os Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEIs). Foram, então, criados os 34 DSEIs, por intermédio da Portaria nº 852/1999.

Enfim e, ainda, entre a construção das bases desta política e sua execução existe uma grande lacuna. Segundo o Cimi, este "novo modelo ainda não saiu do papel". Os Distritos Sanitários Especiais Indígenas foram regulamentados muitos anos depois, em 2009, pelo Decreto nº 6.878, de 18 de junho de 2009, o qual estabeleceu que os DSEIs seriam unidades gestoras com autonomia administrativa e financeira.

Para que isto acontecesse, o governo federal/Ministério da Saúde teria que prever recursos orçamentários para cada distrito para garantir as estruturas materiais (prédios, equipamentos, veículos, postos de saúde, hospitais de referência, laboratórios), de recursos humanos, com servidores públicos concursados (médicos, odontólogos, enfermeiros, técnicos de enfermagem, agentes de saúde, agentes de saneamento, técnicos em administração, pedagogos, entre outros), além do saneamento básico (água potável para o banho, para beber e para as demais necessidades de higiene e limpeza, tratamento de esgoto e coleta de lixo, entre outros) e da estruturação e do funcionamento de conselhos em cada Distrito para o controle social (locais e distritais). Este compromisso ainda está longe de ser cumprido.

De fato, a análise orçamentária das ações de saúde indígena reforça a leitura exposta. O problema da insuficiência da dotação orçamentária é reforçado pela dificuldade de execução e pela forma com que o recurso é gerido, descumprindo as diretrizes e os compromissos assumidos pela política de saúde indígena.

Com base no exposto, podemos olhar mais detidamente a ação 20YP. Esta ação é gerida pela Secretaria Especial de Saúde Indígena/MS, uma parte de forma indireta (mediante convênios), outra parte por meio de execução direta e descentralizada (por meio dos DSEIs). Ela é a principal expressão orçamentária da implementação do modelo de atenção integral centrado na linha do cuidado, com foco na família indígena e com incorporação das práticas e da medicina tradicionais.

Basicamente, é ela quem garante a estruturação dos chamados Distritos Especiais de Saúde Indígena com adequadas estruturas físicas, humanas e de funcionamento. O recurso disponível para esta ação, de pouco mais de R\$ 1 bilhão, foi dividido entre dois POs, conforme descrição na tabela a seguir.

CONT.



PO 002 - Promoção, vigilância, proteção e recuperação da saúde indígena

Desenvolvimento de ações de saúde no âmbito dos DSEIs: contratação e realização de processos de educação continuada e permanente para os profissionais de saúde e saneamento, gestores e representantes do controle social indígena; deslocamento das equipes multidisciplinares de saúde indígena, equipes técnicas, gestores, pacientes indígenas e controle social (aéreo, terrestre e fluvial), incluindo diárias e passagens; garantia dos contratos de prestação de serviços de limpeza e higienização, segurança, alimentação, entre outras, aquisição de insumos estratégicos, como medicamentos, materiais médico-hospitalares e correlatos, entre outros; produção de materiais pedagógicos e de divulgação; realização de eventos; locação de imóveis; reforma e manutenção dos estabelecimentos de saúde e DSEIs.

PO 003 - Estruturação de Unidades de Saúde para Atendimento à População Indígena

Construção e ampliação dos estabelecimentos de saúde e DSEIs, aquisição de mobiliários em geral, equipamentos médico-hospitalares, odontológicos e de comunicação e informática; aquisição de veículos e embarcações e demais bens necessários ao pleno funcionamento dos estabelecimentos de saúde e sede dos DSEIs.

Fonte: Siop (www.siop.planejamento.gov.br).

Para o PO 002, que vamos apelidar aqui de "Manutenção dos DSEIs e de Suas Atividades", foram destinados R\$ 1,06 bilhão, dos quais foram pagos R\$ 898 milhões. Para o PO 003, que vamos apelidar aqui de "Estruturação dos DSEIs", foram destinados apenas R\$ 40 milhões, dos quais foram gastos R\$ 14 milhões (neste caso, também temos que considerar que foram liquidados R\$ 39 milhões).

Olhando mais a fundo a execução desta ação, podemos ver que R\$ 453,92 milhões foram gastos de forma indireta mediante convênios com as entidades selecionadas para implementar os DSEIs:

- 1) a Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina (SPDM), com sede em São Paulo (SP), que recebeu R\$ 133,68 milhões;
- 2) o Instituto de Medicina Integral Professor Fernando Figueira (Imip), com sede em Recife (PE), que recebeu R\$ 27,41 milhões; e
- 3) a Missão Evangélica Caiuã – Missão Caiuã, com sede em Campo Grande (MS), que recebeu R\$ 277,82 milhões.

Além destes repasses de recursos, foi também firmado convênio com a Organização Pan-Americana da Saúde (Opas/OMS) no valor de R\$ 15 milhões.

Mas que serviços estas entidades foram capazes de "entregar" aos povos indígenas? Esta pergunta deveria ser respondida com base na nova metodologia do governo de gestão por

CONT.



resultados ou “capacidade de entrega”. Contudo, não podemos extrair da execução orçamentária estas respostas, que deveriam ser oferecidas por meio de uma clara prestação de contas destas entidades.

Outra parte dos recursos gastos nesta ação (R\$ 348 milhões) está vinculada diretamente à manutenção e à estruturação dos DSEIs. A tabela anexa detalha o quanto foi efetivamente gasto por cada um dos 34 DSEIs existentes. Os dados estão especificados por Planos Orçamentários, o que permite uma clara visualização do quanto foi gasto para a estruturação (PO 003) e a manutenção (PO 002) de cada Distrito Especial de Saúde Indígena.

Não temos aqui a pretensão de analisar a efetividade dos DSEIs a partir unicamente da execução orçamentária, mas esperamos que os dados possam contribuir para que estas análises possam ser feitas no futuro.

Mais informações: os problemas dos DSEIs

“Em 12 de agosto de 2011, foi publicado pela Sesai o edital de chamamento público nº 01/2011, visando à seleção de entidades privadas sem fins lucrativos para execução, por meio de convênios, das ações complementares na atenção à saúde dos povos indígenas. As entidades selecionadas foram a Sociedade Paulista para o Desenvolvimento da Medicina (SPDM), com sede em São Paulo, que ficou responsável por 14 Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEIs), o Instituto Materno-Infantil de Pernambuco (Imip), com sede em Recife, responsável por 5 DSEIs, e a Missão Evangélica Caiuá, com sede em Campo Grande, responsável por 15 DSEIs. Esta concentração enorme de recursos e responsabilidades sobre as ações da saúde indígena em apenas três organizações, assim como a falta de transparência na execução deste modelo de relação convenial, tem sido motivo de duras críticas do movimento indígena em todo o país”.

Ainda segundo o Cimi, “os povos indígenas e suas comunidades não podem aceitar que a política continue a ser terceirizada, ou seja, executada através de parcerias e de convênios estabelecidos pela Sesai com entidades, ONGs e prefeituras. Essa política já foi questionada administrativamente e judicialmente, porque ela não respeita a Lei Arouca; não respeita as deliberações das Conferências Nacionais de Saúde Indígena; não respeita as propostas e as necessidades dos povos indígenas; porque se mostrou ineficaz quanto à gestão e execução das ações; quanto à formação dos agentes indígenas de saúde; quanto à prevenção das doenças; quanto ao controle social e à participação indígena no âmbito da política a ser desenvolvida em cada povo ou região”.

Fonte: “A Política de Atenção à Saúde Indígena no Brasil” – Cimi 2013.



A pedido do PGR, STF suspende novas reintegrações de posse em Terra Tupinambá
SÍTIO CEDEFES, 16.6.2014

Janot pediu extensão dos efeitos de decisão considerando a permanência dos motivos que culminaram no deferimento da primeira suspensão pelo STF

Em pedido formulado pelo procurador-geral da República, Rodrigo Janot, o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Joaquim Barbosa, suspendeu outras decisões que autorizaram as reintegrações de posse ajuizadas na Justiça Federal da Bahia por ocupantes não-índios de fazendas localizadas em área de ocupação tradicional Tupinambá (região da Serra do Padeiro, no sul da Bahia). A decisão do STF estendeu os efeitos de suspensão de liminar (SL 758) admitindo argumentos do procurador-geral sobre risco de agravamento de conflito fundiário e ameaça à integridade física dos indígenas e de outros envolvidos.

No pedido, Janot explica que a área já foi reconhecida pela Fundação Nacional do Índio (Funai) como de ocupação tradicional indígena - Terra Indígena Tupinambá - tal como as outras indicadas no requerimento inicial. Segundo ele, era necessária, uma vez mais, a atuação pacificadora da presidência do STF em situação conflituosa que se instalou na região e atinge níveis alarmantes. "É na região da Serra do Padeiro que se tem verificado os episódios mais graves de conflitos entre índios e não-índios e os casos mais preocupantes de confrontos entre indígenas e as forças policiais decorrentes do cumprimento de mandados de reintegração no local, com histórico de retorno dos índios às áreas".

Joaquim Barbosa suspendeu as decisões até o trânsito em julgado das decisões de mérito, considerando a permanência dos motivos fáticos que culminaram no deferimento da primeira suspensão pelo STF. Para ele, é prudente "aguardar pronunciamento judicial definitivo quanto ao mérito da questão relativa à posse, sob pena de se autorizar que, por meio da reintegração forçada, sejam violados bens e interesses jurídicos fundamentais, inclusive o direito à vida".

Foram suspensas as decisões nos seguintes processos:

Processo nº 3299-92.2011.4.01.3311 - Vara Federal de Itabuna/BA - Fazenda Bela Vista e Catulé

Processo nº 2630-98.2013.4.01.3301 - Juízo Federal da Vara Única de Ilhéus - Fazenda São José

Processo nº 2015-78.2013.4.01.3311 - Juízo Federal de Itabuna - Fazendas Trindade, Boa Vista I, II e III, Belo Horizonte e Santa Rosa

Processo nº 2006.33.01.000722 - Juízo Federal da Vara Única de Ilhéus - Fazendas Copacabana, Modelo, Bom Viver e Santa Catarina

Processo nº 3580-77.2013.4.01.3311 - Juízo Federal de Itabuna - Fazenda Boa Vontade

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 105/ 2014

Brasília, 16 de junho de 2014.

Processo nº 2006.33.01.000761-4 - Juízo Federal da Vara Única de Ilhéus - Fazenda Sempre Viva

Processo nº 2006.33.01.000456-4 - Juízo Federal da Vara Única de Ilhéus - Fazenda Lembrança

Fonte: Procuradoria Geral da República



Índios ameaçam invadir fazenda com maior produtividade de cacau na BA SÍTIO BAHIA JÁ, 16.6.2014

Mercado de Cacau , Bahia

O clima no extremo sul baiano é cada vez mais tenso entre índios e produtores rurais. Desta vez, o alvo dos "supostos índios" é a Fazenda Lembrança II localizada no município de Itabela que possui uma produção de cacau estimada para 2014 em 40.000 (quarenta mil) arrobas do fruto.

Desde o início do mês os produtores da região estão tendo suas fazendas tomadas pelos supostos índios, sob ameaça física, degradação do patrimônio, extorsão financeira e atentado de morte. Na última quarta-feira (11), um grupo de produtores da região se reuniu na sede da Fazenda Lembrança, para unir esforços e tentar encontrar soluções para a situação, no entanto ao retornarem do encontro, um dos produtores foi vítima de disparos com arma de fogo, que atingiu a lateral esquerda do veículo que dirigia, tendo o vidro do condutor sido bastante alvejado, e por muito pouco não teve sua vida ceifada.

Mesmo com o ocorrido os produtores não puderam registrar um Boletim de Ocorrência na Polícia Civil de Itamarajú, pois foram informados por profissionais da delegacia, que por se tratar de caso envolvendo índios a responsabilidade do registro é da Polícia Federal. A tensão aumenta à medida que cresce o número dos supostos índios no entorno das propriedades. "A cada dia aumenta o número de carros e também o número de pessoas na Fazenda que já está ocupada e fica ao lado da nossa propriedade. Além disso, estamos sendo informados a todo instante que deverão ampliar as invasões e poderão chegar até a nossa propriedade", contou Dina Lembrance uma das proprietárias da fazenda, em entrevista ao Mercado do Cacau.

A Fazenda Lembrança II como já mostramos em vídeo na TV Mercado (VEJA AQUI), possui a maior tecnologia para produção e beneficiamento de cacau do país, envolvendo máquina de quebra, secadores, caldeira, estrutura de galpão, constantes investimento em novas áreas de plantio, além de ser, uma geradora de 130 empregos diretos com registro no Ministério do Trabalho e Emprego em conformidade com a Consolidação das Leis Trabalhistas. A propriedade é gerida por sete irmãos que investiram também em irrigação, afim de, aumentar a produtividade do fruto e tornar a cultura viável na região adotando o modelo de plantio a pleno sol.

Os irmãos temem por suas vidas, uma vez que, para ter acesso à propriedade eles precisam passar por uma única estrada, localizada no meio das propriedades invadidas, sob constantes ameaças. "A estrada que dá acesso a nossa propriedade já fora bloqueada pelos supostos

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 105/ 2014

Brasília, 16 de junho de 2014.

índios e liberada posteriormente por eles mesmos. E tememos que eles voltem a bloquear a via e tornem a fazenda inacessível . Nós estamos vivendo um clima bastante tenso, pois além da extorsão financeira, estamos sendo constantemente ameaçados e sem ter a quem recorrer, principalmente porque no momento todos os olhos se voltam somente para a copa do mundo”, finalizou Dina.



Índios voltam a protestar em empreendimento da Vale, no Pará

SÍTIO EBC, 16.6.2014

Um grupo de índios da etnia Xikrin retomou hoje (16) os protestos na entrada do empreendimento de extração de níquel Onça Puma, no município de Ourilândia do Norte, no Pará. Segundo assessores do Ministério Público Federal no estado (MPF/PA), as atividades extrativistas estão paralisadas.

Uma equipe de procuradores do órgão está no local para tentar negociar uma solução para o impasse. Assessores do MPF informaram que só depois dessa reunião será possível avaliar os resultados das negociações.

Os índios xikrins querem que a Vale, responsável pelo empreendimento, cumpra os compromissos feitos em função dos impactos causados pela extração de níquel na região.

No último sábado (14), mais de 120 índios das aldeias Djudjekô, Kateté e Oodjam bloquearam a portaria do local, paralisando a produção do mineral. De acordo com o MPF, os manifestantes permitiram a passagem de ônibus com trabalhadores que fazem a manutenção dos fornos e a saída dos funcionários do local. Não houve reféns no protesto.

Na página da internet, o MPF destacou que o projeto afeta diretamente os xikrins, "mas até agora a Vale não iniciou nenhum programa de compensação de impactos, nem cumpriu nenhuma das condicionantes previstas no licenciamento do projeto". Os procuradores acionaram a Justiça Federal contra a Vale e em defesa dos direitos dos Xikrin afetados pelo projeto.

Editor Denise Griesinger

Direitos autorais: Creative Commons - CC BY 3.0



Demarcação Já!

SÍTIO AMAZÔNIA, 2.11.2013

Werá Jeguaka Mirim, de 13 anos, abriu faixa vermelha após soltar pomba. Ato, esperado em aldeia de SP, pedia demarcação de terras indígenas

Selecionado para representar população indígena na cerimônia de abertura da Copa do Mundo, em São Paulo, o menino Werá Jeguaka Mirim, da aldeia Krukutu, na região de Parelheiros, no extremo sul da cidade, caminhou sobre o gramado da Arena Corinthians para soltar uma das três pombas da paz antes do início da partida.

Na saída do campo, porém, ele quebrou o protocolo e abriu uma faixa vermelha pedindo a demarcação das terras indígenas.

O protesto individual foi uma aposta da Comissão Guarani Yvyrupa. A comunidade onde vive o garoto de 13 anos estava reunida no centro cultural da aldeia, na tarde desta quinta-feira (12), torcendo por uma vitória do Brasil na abertura do mundial, e ansiosa para ver o ato simbólico ser transmitido internacionalmente.

“Estávamos reunidos com as demais lideranças para ver o jogo, mas focados nisso, esperando ele mostrar a faixa. Nossa esperança foi no menino, e ele conseguiu fazer o que esperávamos, só que não apareceu para o mundo nem para o Brasil, nada. Ficamos frustrados”, disse Marcos Tupã, coordenador da comissão.

O pedido

A cidade de São Paulo ainda abriga mais duas comunidades indígenas. A cobrança pela demarcação é uma campanha nacional e antiga, mas tinha um sobrepeso regional e atual: a aldeia do Jaraguá, situada entre as zonas Norte e Oeste, sofre ameaça de reintegração de posse marcada para o final do mês.

Jaraguá é menor aldeia do país, com apenas 1,7 hectare na demarcação da década de 80. Na determinação de 2013 da Fundação Nacional do Índio (Funai), e à espera da homologação no Ministério da Justiça, a aldeia é reconhecida com 532 hectares.

Werá escondeu a faixa dentro do bolso do uniforme branco que vestia, e ficou com ela esticada até pisar fora do gramado. O gesto, que durou pouquíssimos minutos, surpreendeu até o pai, o escritor indígena Olívio Jekupe. “Eu mesmo não sabia que ele ia fazer isso. Ele é calmo, tranquilo, não tem vergonha.”

CONT.



Olívio conta que foi hostilizado quando divulgou em seu perfil no Facebook que o filho participaria da cerimônia de abertura do evento. "Fiquei contente porque a gente sabe que o povo ia meter o pau na gente. Quando avisei nas redes sociais que ele ia fazer parte da Copa, muitos criticaram", recorda.

Hoje, entretanto, recebeu mais de 50 pedidos de amizade na mesma rede social. A multiplicação de amigos virtuais foi ainda maior na página do garoto que protagonizou a cobrança pela causa. "Mostrou para o mundo que nós não estamos parados", comemora. Ele ainda explica que a comunidade não se opõe ao mundial. "Nós não somos contra a Copa, somos contra as injustiças que fazem com as demarcações que é a principal causa que estamos em luta há anos."

Camisa 10

Um amigo de Olívio registrou o momento em que o menino deixa o gramado com a faixa aberta, e cedeu a divulgação da imagem. O escritor comenta que a repercussão local transformou seu filho em "celebridade" na aldeia. "Ele voltou feliz, está andando na aldeia como famoso, todo mundo quer tirar foto com ele".

Ao pai, Wará disse que ficou satisfeito por ter conseguido defender as causas indígenas, apesar da inexistente repercussão durante o ato, que não foi televisionado. E não escondeu a alegria de ter visto um ídolo a poucos metros de distância. "Ele disse que ficou contente porque viu o Neymar de perto."

Corintiano, o menino também realizou o desejo de assistir a uma partida de futebol longe da televisão. Olívio, que é Palmeirense, nunca levou os filhos ao estádio por temor.

"Aqui em São Paulo nunca fui a estádio porque tenho medo da violência. Prefiro assistir em casa, pelo menos a gente vê mais tranquilo. Na aldeia o povo joga bola no maior sossego, então a gente tem medo de ir na cidade assistir", relata.

Fonte: Livia Machado Do G1 São Paulo

A bola está rolando – demarcação já!

SÍTIO EGON HECK, 16.6.2014



A pomba voou assustada com a presença de uma multidão de estranhos seres. Os humanos assustam! Esses riem, choram, gritam e matam. A pomba voa, canta, come e quer paz. As três pombas simbolizaram a paz negada na diferença de opressores e oprimidos. No país tropical sempre prevaleceu a lei do mais forte, da dominação. Os povos nativos foram quase extintos, pelas armas e epidemias. Os negros escravizados produziram a riqueza dos dominadores.

Werá Guarani , com a pomba soltou o grito e estendeu a faixa: "Demarcação Já". O desejo de quase um milhão de índios estava em campo. O grito silencioso dos quilombolas também ecoou – " regularizem

nossas terras já! Dilma viu, mas ouviu outros gritos. As três inocentes pombas, mais uma vez trouxeram o desejo de uma paz negada de mais de cinco séculos . A paz dos indígenas, dos quilombolas, dos sem terra.

Justiça só com a vitória da demarcação

No dia seguinte da abertura da Copa do Mundo, em São Paulo, foi marcada mais uma rodada de negociação das terras indígenas no Mato Grosso do Sul.

O diretor secretário da Famasul - Federação de Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul, Ruy Fachini, assim avaliou o encontro "Houve avanço no processo de negociação, mas ainda são necessárias análises criteriosas sobre a avaliação da área em questão. Será necessário esforço conjunto para que o final seja satisfatório", destacou o diretor da Famasul, após reunião no Ministério da Justiça. (Portal do Agronegócio, 13-06-14).

Na pauta, conforme a Famasul, está a questão da compra das terras pela Funai. O valor das 30 propriedades, cujos títulos incidem sobre a Terra Indígena Buriti, dos índios Terena, é de 130 milhões, segundo os fazendeiros. A Funai as avaliza em 78 milhões. O prazo para o governo federal apresentar solução definitiva era dia 6 de junho. Por essa e por outras razões os índios Terena e Guarani anunciaram sua retirada dessas mesas que consideram de "enrolação".

Todos fifados

Mal começou mais uma Copa Mundial de Futebol e já se propala a grande vencedora – A FIFA. Com a sacola recheada de generosos dólares que nós brasileiros teremos que pagar. A cartolas comemoram.

CONT.

Nós continuaremos torcendo e pagando as contas durante um bom tempo. Todos somos religiosamente enquadrados nas contas que vão sobrar. O sistema de saúde está caótico. O atendimento à saúde indígena nem se fala. A educação está mais para a submissão à vontade dos interesses políticos regionais, do que para uma educação diferenciada e de qualidade, conforme garante a Constituição.

Alguns meios de comunicação falam que a Fifa teria sido agraciada com números vultosos, como mais de 30 milhões, isenção de impostos... Outros se defendem dizendo tratara-se de discurso de oposição. Sejam qual forem os números o fato é que alguns estão faturando alto com essa copa e a maioria ficam com o copo vazio e uma sensação de ter sido ludibriado. Quando a vida voltar ao normal, voltarão as notícias sobre o caos campeão na caótica situação no atendimento à saúde, a falta de escolas, as estradas um pouco mais esburacadas e as contas a pagar aumentadas acrescidas das dívidas acumuladas com a construção de estádios, ampliação e reformas em aeroportos e vias de acesso aos estádios.

Que o sonho não nos faça acordar com o grito contido de mais um pesadelo. Termino com um pequeno trecho de umas das crônicas que escrevi em 1998, na copa na França "Todos os times já jogaram. Sabe-se o que o coração está na ponta da chuteira: garra, guerra, emoção, arte, alegria, simpatia...O mundo respira futebol. A mídia veicula uma anestesia global. Os problemas vão para uma espécie de nimbo onde aguardam o apito final da copa para novamente entrar em campo. A corrupção, a impunidade, as violências, a roubalheira e a safadagem andam com a maior desenvoltura como se juiz não houvesse. Até a fome, com jeitinho, é driblada."



Egon Heck
Cimi- Secretariado;
Brasília, 14 de junho de 2014

Negociações por terra indígena terminam sem acordo em Brasília

SÍTIO O PROGRESSO, 16.6.2014

União não aceitou contra laudo de produtores e donos de áreas na Terra Buriti rejeitaram oferta de R\$ 80 milhões por suas propriedades; ruralistas avaliaram as áreas em R\$ 124 milhões



Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, durante uma das reuniões entre produtores e índios em Campo Grande.
(Foto: Elvio Lopes/Arquivo)

A reunião realizada na sexta-feira, no Ministério da Justiça, em Brasília, entre produtores rurais donos de 15 mil hectares reivindicados por comunidades indígenas da Terra Buriti, índios e representantes do governo federal para definir a indenização pelas áreas invadidas, terminou sem acordo, com a recusa da União de aceitar o contra laudo produzido pelos ruralistas que avaliou as áreas em R\$ 124 milhões e a rejeição dos produtores pela proposta governamental, de pagar R\$ 80 milhões pelas 31 propriedades em litígio.

Com as negociações frustradas, o impasse continua, pois os produtores rurais concordaram com as propostas iniciais do ministro da Justiça José Eduardo Cardozo, em suas visitas à Capital no ano passado, de buscar um acordo para encerrar as ações que tramitam na Justiça e que deram ganho de causa aos ruralistas, inclusive com reintegração de posse da primeira fazenda invadida pelos índios, em 30 de maio do ano passado e cuja ação policial resultou na tragédia da morte do líder indígena terna Oziel Gabriel.

Diante do impasse, a Federação de Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul (Famasul), emitiu, no sábado, um comunicado oficial de repúdio sobre o desfecho da reunião entre

CONT.



representantes dos produtores rurais da região de Sidrolândia e Dois Irmãos do Buriti, do Ministério da Justiça, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e da Fundação Nacional do Índio (Funai) que definiria os valores a serem pagos aos donos das áreas invadidas e que terminou sem acordo.

“O resultado dessa reunião estremece o setor produtivo e mostra – mais uma vez o descaso da União para com a questão séria e delicada dos conflitos gerados pelas invasões a propriedades privadas no Brasil. A postergação do final das negociações para depois do início da Copa do Mundo – ultrapassando o prazo estabelecido pelo Governo Federal - foi uma manobra premeditada para desviar o foco e um desrespeito aos produtores, cidadãos brasileiros, que vivem a violência de terem suas propriedades invadidas e a insegurança da constante ameaça de novas invasões”, afirma a nota.

Segundo a nota da Famasul, os proprietários da área vizinha à Terra Buriti, reivindicada pela comunidade indígena para expansão de sua aldeia, cumpriram etapa prevista no modelo de negociação estabelecido pelo Ministério da Justiça, contratando uma assessoria técnica para identificar o valor venal das propriedades envolvidas. E, atendendo solicitação do ministério, os produtores apresentaram um contra laudo com documentos e avaliações detalhadas das propriedades, corrigindo a superficialidade e imprecisão da avaliação apresentada anteriormente pelo Incra e Funai.

A Famasul lembra a reunião realizada na quarta-feira da semana passada (11/06), em que representantes da Funai e do Incra solicitaram um novo encontro para sexta-feira, depois do início da Copa do Mundo com o objetivo de tratar dos detalhes do fechamento da negociação e, “surpreendentemente, os representantes do Governo Federal não acolheram o contra laudo apresentado alegando ser uma avaliação de empresa privada”, ressalta a nota.

Segundo a Famasul, “é inadmissível que os representantes do Governo Federal recusem um documento que o próprio Ministério da Justiça recomendou e que demandou tempo, esforço e recursos para ser elaborado”, destaca a nota oficial de repúdio.

A entidade explica que, confiantes do fechamento do acordo - ainda que o valor apontado no laudo não atendesse ao valor de mercado das propriedades levantado inicialmente - os produtores não contavam com a manobra calculada dos órgãos do Governo Federal, demonstrando a falta de seriedade na condução das negociações e a ausência de vontade política de encontrar uma solução que seja justa para todos.

A elaboração de um contra laudo foi sugerido em reunião entre produtores, governador André Puccinelli e o assessor técnico do Ministério da Justiça, Marcelo Veiga, em fevereiro do ano passado, uma vez que laudos oficiais do Incra e Funai apresentaram algumas propriedades na área Buriti, localizadas a mais de 900 metros de altitude, como passíveis de alagamentos, o que reduziria seu valor venal.

O contra laudo foi realizado com a finalidade de corrigir distorções nos laudos oficiais e provar tecnicamente os erros nos levantamentos do Incra e Funai. O prazo para apresentação do

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 105/ 2014

Brasília, 16 de junho de 2014.

contra laudo foi estabelecido para o início de abril passado e entregue em Brasília pelo presidente da Famasul, Eduardo Riedel, para avaliação do governo federal.

O pecuarista Ricardo Bacha, proprietário da Fazenda Buriti, a primeira invadida e que teve sua sede incendiada e destruída pelos índios, participou da reunião e explicou que o governo federal pretende procurar os proprietários das áreas em litígio para propor outra reunião e discutir novas propostas para colocar fim ao impasse.



Governo propõe troca de fazendas para pôr fim a conflito indígena

SÍTIO CAMPO GRANDE NEWS, 16.6.2014

Aline dos Santos e Aliny Mary Dias

Troca de fazendas é discutida entre governo federal e produtores rurais para dar fim à negociação por 15 mil hectares em Dois Irmãos do Buriti e Sidrolândia, a terra Buriti. Depois de mais de um ano de discussão, o processo para compra da área voltou a paralisar. Conforme o apurado pelo Campo Grande News, a presidente Dilma Rousseff (PT) deu ordem para acelerar a negociação.

Agora, é discutida o repasse de duas fazendas para indenizar os produtores. Um imóvel rural com 13 mil hectares em Jardim e uma propriedade com dois mil hectares em Nioaque.

No curso da negociação, chegou a ser cogitada área no Pantanal, que foi descartada pelos fazendeiros. Ainda conforme informações extraoficiais, a presidente determinou que o Incra faça nova avaliação da terra Buriti.

Nesta segunda-feira, técnicos de órgãos ligados à questão fundiária realizam reunião no Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). À tarde, as propostas serão discutidas na Famasul (Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul).

Na última proposta, divulgada na sexta-feira, a União elevou o valor da indenização de R\$ 78 milhões para R\$ 80 milhões. No entanto, os produtores cobram o valor de R\$ 130 milhões, apresentados no contra laudo elaborado por uma empresa particular. Do total, são 124,5 milhões pela área e R\$ 5,5 milhões para indenizar as benfeitorias.

Com a negociação frustrada, a Famasul divulgou nota de repúdio, denunciando descaso e uma manobra premeditada do governo federal, que descumpriu prazos e deixou a decisão para depois da abertura da Copa do Mundo.

Representante dos índios terenas, o advogado Luiz Henrique Eloy afirma que o valor oferecido pela União é justo. "Quando pedem R\$ 130 milhões, não levam em consideração a depreciação da área. É muito para uma área em conflito", afirma.

MAPA libera R\$ 487,5 mil para patrulha mecanizada em Dourados
SÍTIO DIÁRIO MS, 16.6.2014

Recursos serão utilizados para a compra de maquinários que serão destinados à Reserva Indígena de Dourados



Deputado Geraldo Resende recebe indígenas douradenses em seu gabinete, em Brasília

O Mapa (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento) liberou para a Prefeitura de Dourados, no último dia 10, o valor de R\$ 487,5 mil que serão destinados à aquisição de uma patrulha mecanizada para ser entregue à Reserva Indígena de Dourados. Os recursos foram articulados pelo Deputado Federal Geraldo Resende junto ao ministro Antônio Andrade, atendendo solicitação da Câmara de Vereadores e da Coordenadoria de Assuntos Indígenas da Prefeitura de Dourados, por meio do vereador Aguilera de Souza.

O empenho para a compra dos maquinários, no valor de R\$ 487 mil foi feito em dezembro do ano passado. "Agora, esperamos que o Município proceda à licitação para a compra desse maquinário o mais breve possível, para que possamos entregá-lo à comunidade indígena até o final deste mês, que é a data máxima permitida pela legislação, antes das eleições deste ano", salienta Geraldo Resende.

De acordo com Geraldo Resende, a patrulha mecanizada será composta dos seguintes equipamentos: uma plantadeira de mandioca, um veículo furgão, uma escavadeira hidráulica, uma grade aradora, uma roçadeira e um trator traçado. Estes maquinários serão destinados para mil famílias da Agricultura Familiar da Reserva de Dourados.

CONT.



O objetivo é ajudar no preparo da terra das famílias indígenas que plantam mandioca, milho e outras culturas de subsistência. "É uma forma de fomentar o desenvolvimento das lavouras e melhorar as condições de transporte por meio da manutenção das estradas", destaca o vereador Aguilera de Souza.

Para Geraldo Resende (PMDB), a patrulha mecanizada é um suporte a mais de infraestrutura para auxiliar a comunidade na produção do próprio alimento. "Vemos hoje milhares de famílias dependendo de cestas básicas do poder público. Muitas delas acabam antes do final do mês, o que prejudica em muito a saúde, principalmente das crianças, que no passado já registraram casos gravíssimos de desnutrição. Com a produção do próprio alimento, estas famílias terão condições de melhorar a cesta básica e num futuro próximo não precisar mais dessa ajuda para viver com qualidade. Esta iniciativa é muito mais do que dar o peixe, é ensinar a pescar", destaca.

Segundo Geraldo o Programa Aldeia Produtiva, no qual a patrulha será destinada, tem como principal objetivo inserir as aldeias indígenas no sistema produtivo de forma a garantir a subsistência dos que nelas vivem por meio da produção e comercialização de produtos oriundos da terra. O programa cria condições para que as famílias indígenas produzam alimentos que serão utilizados tanto para subsistência, como para geração de renda com a comercialização do excedente.

Geraldo destacou a luta do vereador Aguilera e dos membros da Coordenadoria de Assuntos Indígenas da Prefeitura de Dourados, entre eles os indígenas Vilmar Martins Machado, Josias Aedo Marques, Leomar M. Silva, Lucas Paiva Flores, Wilson Matos da Silva, Ricardo M. Machado, Sílvio de Leão, Cajetano Verá, Galdêncio Benites, Deniz Silva Figueiredo, Gerson de Souza e Carolina Resende.

O deputado afirma que a luta pela conquista da patrulha mecanizada para a Reserva Indígena de Dourados é mais uma demonstração do compromisso de seu mandato para com as causas indígenas. "Já demonstramos isso, com a viabilização da Vila Olímpica Indígena, da reconstrução da Escola Guateka e agora com a implantação da quadra de esportes e ampliação da mesma escola. São ações que buscam criar alternativas ao alcoolismo, ao uso de drogas e à prostituição, que, infelizmente, têm índices elevados nas aldeias de nossa cidade".

Comunidades tradicionais de Diamantina são defendidas pela DPU

SÍTIO ENVOLVERDE, 16.6.2014



O Ofício de Direitos Humanos e Tutela Coletiva da Defensoria Pública da União (DPU) em Minas Gerais vem atuando em defesa das comunidades tradicionais da região do Parque Nacional das Sempre-Vivas, nas proximidades de Diamantina (MG). No dia 26 de maio, o defensor público federal Estêvão Ferreira Couto, titular do Ofício, participou de audiência pública promovida pela Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, por intermédio da Comissão de Direitos Humanos.

Na audiência, realizada em Diamantina, foram debatidas denúncias de violação de direitos humanos às comunidades situadas no entorno e dentro da área do Parque Nacional das Sempre-Vivas. Representantes de comunidades tradicionais da região reivindicam reconhecimento de seu modo de vida e o direito de preservá-lo. Houve ainda discussão de propostas para que as comunidades tradicionais possam manter suas atividades na área do Parque Nacional das Sempre-Vivas.

O defensor público federal Estêvão Ferreira Couto destacou a incongruência no funcionamento de dois grupos de trabalho com objetivos distintos dentro do órgão gestor do Parque: um buscando a efetiva implantação da unidade de conservação, sem considerar a realidade das comunidades tradicionais que fazem uso da área, e outro que visa à recategorização da unidade de conservação e/ou a redefinição de seus limites.

Para Estêvão Couto, "as questões ambientais não podem ser tratadas com desrespeito aos direitos das comunidades que desenvolvem atividades sustentáveis no local há no mínimo uma centena de anos, de modo que precisa haver um acerto de contas com as gestões do parque que praticaram abuso de poder, e a própria ideia de parque precisa ser revista através da recategorização e da redefinição de limites, a fim de que o elemento humano ocupe o seu lugar, como deveria ter acontecido desde o início", pontuou o defensor público.

Assessoria de Comunicação Social
Defensoria Pública da União



Com faixa na cueca, índio burlou regra para dar recado a Dilma no Itaquerão
SÍTIO BOL NOTÍCIAS, 16.6.2014

Em determinado momento da cerimônia de abertura da Copa do Mundo, no último dia 12, no Itaquerão, três crianças, sendo uma branca, uma negra e uma indígena, soltaram pombas brancas do gramado para simbolizar a paz e a união de povos e culturas que supostamente reina no Brasil.

O que a transmissão de TV oficial não mostrou foi que o garoto indígena, Wera Jeguaka Mirim, de 13 anos, estendeu, logo após o ato simbólico, uma faixa vermelha com os dizeres "Demarcação Já!". Era um protesto e um ato de luta em favor da demarcação das terras indígenas na Grande São Paulo e no Brasil, processo que se encontra atualmente interrompido no país.

A Fifa proíbe veementemente qualquer tipo de manifestação política nos estádios da Copa, ainda mais se vinda daqueles que fazem parte do espetáculo, como era o caso de Wera, morador da aldeia guarani de Krukutu, no bairro de Parelheiros, extremo sul da capital paulista.

"Eu não podia entrar com a faixa, mas eu queria, nosso povo queria e precisa. Coloquei na cueca, só tirei quando já estava lá no meio do campo e daí estiquei para todo mundo ver, porque a gente mora aqui faz muito tempo, faz mais de mil anos, a gente quer nossa terra demarcada", explica o garoto, em um português difícil, aprendido na escola, com seus pais e sua tribo ele só fala em guarani.

Mas se Wera tem dificuldade em falar na língua europeia, escrever ele aprendeu muito bem. Tanto que já é autor de dois livros, que serão lançados ainda este ano. "Kurumim Guarani" e "Contos de um Kurumim Guarani" têm histórias da vida na aldeia, escritas em linguagem simples, como explica o pai de Wera, feitos para crianças, indígenas ou não.

Já a faixa que carregou no Itaquerão não era para crianças. "Eu queria que a presidente Dilma (Rousseff) lesse. E que mais gente lesse e lutasse com a gente. Para que a gente não ficasse sozinho na luta, para que ela (Dilma) visse que a gente não tá sozinho".

A população guarani que reside na Grande São Paulo distribui-se atualmente em seis aldeias, que fazem parte de duas terras indígenas em processo de regularização fundiária.

Duas dessa aldeias, Ytu e Pyau, ficam no Pico do Jaraguá e compõem a Terra Indígena Jaraguá. Nelas residem cerca de 700 guarani. A terra foi reconhecida na década de 1980, mas foi regularizada com apenas 1,7 hectare, a menor terra indígena do país. A aldeia Pyau fica

CONT.



fora dessa área e atualmente há uma decisão judicial vigente que determina a retirada dos guarani dali. Quando e se a Justiça expedir uma ordem de reintegração de posse, aí a polícia vai ter de tirá-los de lá.

No dia 30 de abril de 2013, a Funai (Fundação Nacional do Índio) aprovou e publicou no Diário Oficial da União (Portaria FUNAI/PRES No 544) os resultados dos estudos técnicos que reconhecem cerca de 532 hectares como limites constitucionais da Terra Indígena Jaraguá, incluindo as duas aldeias atualmente ocupadas, e as áreas necessárias para a reprodução física e cultural do grupo.

De acordo com o Decreto Presidencial nº 1775, que regulamentará o processo de demarcação de Terras Indígenas no país, abriu-se, a partir da publicação desses estudos, período de 90 dias para que os interessados apresentassem contestações administrativas. Assim, foram apresentadas três manifestações de contestantes ao processo de identificação e delimitação da terra Jaraguá.

O processo administrativo está agora no Ministro da Justiça, a quem cabe publicar uma portaria declaratória que permite iniciar o processo de indenização dos ocupantes não indígenas para devolver as áreas ao usufruto exclusivo das comunidades indígenas. A assinatura dessa portaria é uma das reivindicações dos guarani. Enquanto este trâmite acontece, a ameaça de despejo paira sobre os indígenas.

Já as outras quatro aldeias guarani localizam-se no extremo sul da metrópole, na beira da represa Billings, duas delas em Parelheiros (Aldeia Barragem e Aldeia Krukutu), uma próxima ao distrito de Marsilac (Tekoa Kalipety) e a última em São Bernardo do Campo (Aldeia Guyrapaju).

As duas primeiras haviam sido reconhecidas também na década de 1980, com uma superfície de cerca de 26 hectares cada. Atualmente com uma população de cerca de 1.400 pessoas distribuídas entre as quatro aldeias, as áreas reconhecidas na década de 1980 têm uma densidade populacional crítica de 26 pessoas por hectare.

Por isso, iniciou-se em 2002, um estudo para a correção desses limites. Dez anos depois, em 19 de abril de 2012, a Funai também aprovou e publicou no Diário Oficial da União (Portaria FUNAI/PRES No 123) (ANEXO 2) os resultados dos estudos técnicos que reconhecem cerca de 15.969 hectares como compondo os limites constitucionais da Terra Indígena Tenondé Porã, que abrange três das quatro aldeias da região sul.

O processo não teve contestações administrativas que questionassem a sua validade, e já foi encaminhado ao Ministério da Justiça, de quem os guarani reivindicam a publicação da portaria que legalizará o território indígena.

De acordo com o Artigo 231 da Constituição Federal, são considerados nulos e extintos todos os atos administrativos que envolvem a posse de terras tradicionalmente ocupadas por indígenas. Logo, emissão das portarias por parte do Ministério da Justiça tornaria nulos os

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 105/ 2014

Brasília, 16 de junho de 2014.

alegados títulos dos particulares que disputam ou queiram disputar em juízo a área ocupada pelos guarani.

"É isso que queremos, é isso que quer dizer a faixa que meu filho levantou. Quando a gente contou que ele iria participar da abertura da Copa, muita gente criticou, mas ele foi lá para explicar ao mundo que até hoje ainda expulsam a gente da nossa terra. Ele foi lá para que fosse contada a história da nossa luta", diz Olívio Jekupe, pai de Wera. Pois contada está.

Colaborou Guilherme Balza



Supostos índios ameaçam os produtores

SÍTIO A REGIÃO, 16.6.2014

O clima no extremo sul baiano é cada vez mais tenso entre supostos índios e produtores. Desta vez, o alvo dos "índios" é a Fazenda Lembrança II, em Itabela, que produz 40 mil arrobas de cacau por safra.

Desde o início do mês os produtores estão tendo suas fazendas invadidas pelos supostos índios, sob ameaça física, vandalismo, extorsão e atentados. Na quarta-feira (11), um grupo de produtores da região se reuniu.

Eles discutiram soluções para a situação, mas na volta um dos produtores sofreu um atentado a bala. Ele tentou registrar a ocorrência na polícia, mas foi informado que teria que procurar a federal porque se trata de "ocorrência com índios".

A Fazenda Lembrança II possui a melhor tecnologia para produção e beneficiamento de cacau do país, envolvendo máquina de quebra, secadores, caldeira, estrutura de galpão, constantes investimento em novas áreas de plantio.

Ela gera 130 empregos diretos com registro e investe em irrigação. Com informações do Mercado do Cacau.

Divulgado relatório que aponta graves violações de direitos de indígenas no Mato Grosso do Sul

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 16.6.2014

Documento destaca a situação de vulnerabilidade vivida pelos povos indígenas Guarani e Kaiowá no Estado



Local onde o jovem Denilson foi sepultado

Plataforma Dhesca

A Relatoria do Direito Humano à Terra, Território e Alimentação divulgou nesta segunda-feira (16) o relatório "Violações de direitos humanos dos indígenas no Estado do Mato Grosso do Sul". O documento é resultado de Missão de investigação realizada pela Relatoria nos dias 13 a 17 de agosto de 2013.

A situação dos indígenas no Estado é gritante no campo dos direitos humanos. A negação do acesso ao território implica diversos outros problemas, como a ausência de acesso a alimentação adequada, moradia, além de gerar um contexto de violência e segregação social.

Além de apontar as violações, o relatório também traz as recomendações encaminhadas pela Relatoria ao poder público.

O que é a Relatoria

A Relatoria do Direito Humano à Terra, Território e Alimentação integra as Relatorias em Direitos Humanos, uma iniciativa da sociedade civil brasileira que tem como objetivo contribuir para que o Brasil adote um padrão de respeito aos direitos humanos, tendo por fundamento a Constituição Federal, o Programa Nacional de Direitos Humanos, os tratados e convenções internacionais de proteção aos direitos humanos ratificados pelo Brasil e as recomendações de órgãos internacionais de monitoramento.

[Baixe o relatório](#)



Aluna da Escola Indígena Jykre Tãg de Chopinzinho é destaque em Concurso

SÍTIO N.R.E PATO BRANCO, 16.6.2014

A Escola Estadual Indígena Jykre Tãg – EIEF de Chopinzinho participou ativamente do Dia Nacional de Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. O Dia 18 de maio é destinado para a conscientização da sociedade e das autoridades sobre a gravidade dos crimes de violência sexual cometidos contra menores.

A Escola trabalhou o tema de forma interdisciplinar, reforçando o cuidado e a necessidade de se defender os direitos de meninas e meninos de forma que os mesmos cresçam de forma saudável e protegida.



A aluna CIDILENE DE FÁTIMA CIRIACO conquistou o 2º lugar no concurso de redação em nível municipal, que abordou sobre a prevenção do abuso sexual e a importância da qualidade de vida de crianças e adolescentes

TO – I Encontro de Pajés (Wayakás)

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 16.6.2014



Abertura do Encontro de Pajés na aldeia Prata (Pyka Mex).
(foto: Antônio Veríssimo. Junho de 2014).

PEMPXÀ

No período de 12 a 14 de junho de 2014, aconteceu na aldeia Prata (Pyka Mex), na Terra Indígena Apinajé, no Município de Tocantinópolis (TO), o I Encontro de Pajés (Wayakás). O evento foi realizado pela Associação Pyka Mex e teve a participação de representantes dos povos Apinajé, Krahô, Krikati, Gavião, Xerente e Kayapó e contou com o apoio institucional da Fundação Nacional do Índio-FUNAI, da Universidade Federal do Tocantins-UFT e da Prefeitura Municipal de Tocantinópolis. O Centro de Trabalho Indigenista- CTI e a Associação União das Aldeias Apinajé-PEMPXÀ também apoiaram o Encontro.

Na quinta-feira dia 12/06 pela manhã, na abertura oficial do evento, o cacique Elias Salvador Apinajé e o coordenador do Encontro, Samuel Xerente depois de agradecerem a presença dos Pajés, caciques e lideranças indígenas, dos Professores e Estudantes da Universidade Federal do Tocantins-UFT e dos Coordenadores da FUNAI local, deram início os debates observando a importância do Encontro para as lutas e resistência dos povos indígenas.

Em seus depoimentos os Pajés, caciques e lideranças manifestaram interesses em resguardar e fortalecer os Conhecimentos e Saberes Tradicionais essenciais para continuidade das tradições e para manutenção das relações de respeito e convivência equilibrada com a natureza. Os Pajés também se expressaram em defesa do patrimônio ambiental e da biodiversidade existente nas terras indígenas e enfatizaram a urgente necessidade da proteção e garantia desses territórios localizados em regiões de cerrado e florestas nos Estados do Tocantins,

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 105/ 2014

Brasília, 16 de junho de 2014.

Maranhão e Pará, que estão sendo fortemente prejudicadas e ameaçadas pelas empresas madeireiras, plantações de eucaliptos, carvoarias e pecuária.

Os participantes criticaram a ausência de uma política de Estado que dê o devido reconhecimento e amparo legal às atividades dos Pajés e Parteiras, esses que são considerados autênticos Guardiões e Mestres dos Saberes e Conhecimentos Tradicionais Indígenas. As lideranças afirmaram que a escola deve efetivamente ser um espaço de transmissão dos saberes e conhecimentos tradicionais e que o Governo Federal por meio do Ministério da Saúde, SESAI e os DSEIs também devem apoiar e valorizar mais o uso da medicina indígena.

No dia 13/06 de 2013, os Pajés apresentaram as raízes, cascas, sementes e folhas de plantas que são remédios receitados para curar as doenças dos índios que a medicina dos Kup? não vê e não conhece. No período da tarde foram realizadas atividades de campo em áreas de cerrado próximo à aldeia Prata (Pyka Mex), visando mostrar como são coletados esses remédios que fazem parte de nossa Farmácia Viva e Natural. Durante os três dias todos esses medicamentos foram colocados em exposição para apreciação dos participantes do Encontro.

Ainda no dia 13/06, no período da noite o Prof. André Demarchi da Universidade Federal do Tocantins-UFT e Bepunu Kayapó, cineasta e pesquisador do Museu paraense Emílio Goeldi, apresentaram o Documentário: Meôk (Nossa Pintura), que mostrou como é realizada essa importante tradição da pintura dos Mebengôkre- Kayapó do Sul do Pará.

Em 14/06 ao meio dia aconteceu o encerramento do I Encontro dos Pajés (Waiakás). O próximo Encontro será realizado novamente na aldeia Prata (Pyka Mex), em data ainda a ser confirmada.

Terra Indígena Apinajé, 16 de junho de 2014.

Lideranças indígenas participam de reuniões de consulta e planejamento participativo na região do Rio Madeira
SÍTIO FUNAI, 16.6.2014

Texto: Coordenação-Geral de Promoção ao Etnodesenvolvimento (CGETNO)



Julio Araújo/FUNAI

A Fundação Nacional do Índio, em parceria com os Ministérios do Desenvolvimento Agrário, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e a Secretaria Geral da Presidência da República, realizou, nos meses de maio e junho, três reuniões de consulta/planejamento participativo com cerca de 96 lideranças indígenas na região do Rio Madeira (AM). As reuniões, coordenadas e realizadas pela Coordenação-Geral de Promoção ao Etnodesenvolvimento (CGETNO) da Funai, tiveram

como objetivo apresentar e colher subsídios para a Chamada Pública de ATER/Plano Brasil Sem Miséria que será lançada no segundo semestre de 2014.

A Chamada Pública atenderá populações das etnias Apurinã, Torá, Munduruku, Mura, Parintintin, Tenharim, Pirahã, Diahui e Sateré-Maué das 19 Terras Indígenas regularizadas no Território da Cidadania do Rio Madeira, que abrange os municípios de Borba, Novo Aripuanã, Manicoré, Humaitá e Apuí. As reuniões tiveram apoio das Prefeituras e Câmaras Municipais, Secretaria de Estado para os Povos Indígenas (SEIND/AM), Secretaria de Assuntos Indígenas de Borba, Coordenações Regionais de Manaus e Madeira e Coordenações Técnicas Locais da Funai em Borba e Manicoré.

Serão atendidas 1500 famílias indígenas com serviços de ATER (assistência técnica e extensão rural), com recursos de fomento para projetos produtivos, a serem construídos a partir das demandas dos próprios indígenas, e com recursos do Apoio a Projetos de infraestrutura e Serviços em Territórios Rurais (PROINF), para melhoria da infraestrutura produtiva. A Chamada Pública prevê ações ao longo de três anos e visa incrementar a recomposição dos sistemas produtivos dos povos indígenas da região, afetados pelos conflitos ocorridos na virada do ano na região de Humaitá e pela cheia histórica do Rio Madeira em 2014.

A CGETNO, em parceria com o MDA, fez uma exposição da proposta da Chamada Pública, num clima de diálogo com os representantes indígenas. O interesse e a receptividade das lideranças foram muito positivos, participando com perguntas, esclarecimentos, relatos de casos específicos e sugestões para aperfeiçoamento da política pública. Mulheres e jovens também foram ouvidos e terão destaque na implementação da política, com a reserva mínima de 30%



CONT.

dos projetos produtivos definidos por este público. As contribuições dos indígenas serão analisadas e incorporadas à Chamada, seguindo-se ao cálculo dos serviços oferecidos, análise jurídica e publicação no Diário Oficial da União, prevista para setembro deste ano. As reuniões também contribuem para aperfeiçoar os mecanismos de consulta às comunidades indígenas, em atenção à Convenção 169 da OIT.